Gênero e fecundidade abaixo de nível de reposição: alguns aportes teóricos[1]

Moema de Castro Guedes[2]

Resumo

O presente trabalho aborda dimensões teóricas de um tema constante nos estudos de gênero: a articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva na vida das mulheres. A centralidade da temática reflete a importância da divisão sexual do trabalho como categoria de análise da realidade social. O enfoque sobre as mulheres de nível universitário ressalta, além do papel fundamental da escolarização como vetor de ampliação do universo de escolhas feminino, as recentes mudanças no plano das relações de gênero que este contingente personifica. De uma perspectiva mais ampla, o grupo em questão ajuda a relativizar algumas idéias generalizantes em torno dos comportamentos femininos nas esferas produtiva e reprodutiva da vida social. Além disso, esse olhar permite refletir sobre as contradições, rupturas e continuidades - elementos comuns a qualquer processo de mudança social – que marcam as identidades femininas e masculinas na contemporaneidade.

Palavras-chave: Gênero, Mercado de trabalho, Família.

Introdução

> "No mundo anglo-saxão, o impulso para a particularidade levou a uma paixão pela medição estatística. A importância do que estava sendo medido tornou-se menos interessante do que a tecnologia usada para medi-lo. E, como tantas vezes acontece nas ciências sociais, aquilo que não podia ser quantificado, ou que era complexo demais para quantificar, passou a parecer menos real".
>
> Richard Sennett, 2001.

O grupo social que temos como foco, as mulheres de nível universitário no Brasil, apesar de consolidar-se como um contingente em franca expansão na população brasileira[3], representa um segmento restrito que não assume (ainda) grande peso nas projeções sobre o futuro das Taxas de Fecundidade Totais no país ou mesmo sobre o comportamento feminino no mercado de trabalho. Olhada desde médias gerais, a "mulher brasileira" está longe do comportamento apresentado por este grupo mais escolarizado, seja no campo do mercado de trabalho, seja no comportamento reprodutivo**.** Apesar desta aparente falta de relevância em termos das tendências mais agregadas, que marcam os estudos de população, a importância central deste segmento estaria na compreensão de processos simbólicos e de poder que deslocam a discussão em torno da reprodução para dimensões historicamente menos exploradas no campo da Demografia.

---

[1] Trabajo presentado en el IV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en La Habana, Cuba, del 16 al 19 de noviembre de 2010.

[2] Pesquisadora e professora da UERJ. moguedes@yahoo.com.br

[3] O contingente populacional feminino com nível universitário cresceu 50% apenas na década de 1990 chegando a 3,11milhões de mulheres no Censo Demográfico de 2000. A parcela de homens de mesma escolaridade, que já era menor no Censo Demográfico de 1991, cresceu apenas 38% no mesmo período, chegando a 2,79 milhões.

De fato, a relevância de pensar a realidade deste segmento está não tanto em seu crescente peso na população como um todo, mas, fundamentalmente, nas recentes mudanças no plano das relações de gênero que este contingente personifica. Esse recorte implica um olhar mais centrado para o interior do próprio grupo em detrimento de comparabilidades com outros estratos educacionais, dimensão esta mais exaustivamente analisada na literatura recente.

A contribuição desse olhar mais segmentado é a de permitir explorar as heterogeneidades que permeiam o comportamento de qualquer população e que, por vezes, fazem com que as médias funcionem como elementos que estruturam uma realidade abstrata e inexistente. De uma perspectiva mais ampla, o grupo em questão ajuda a relativizar algumas idéias generalizantes em torno dos comportamentos femininos nas esferas produtiva e reprodutiva da vida social, bem como a refletir sobre as contradições, rupturas e continuidades - elementos comuns a qualquer processo de mudança social – que marcam as identidades femininas e masculinas na contemporaneidade.

1. Escolarização feminina: ampliando o universo de escolhas

A literatura que aborda o processo de queda da fecundidade no Brasil e no mundo é bastante vasta. A entrada das mulheres no mercado de trabalho é freqüentemente destacada como dimensão fundamental deste "novo contexto", no qual identidades femininas menos articuladas ao mundo doméstico emergem e a reestruturação do modelo tradicional de família aparece como marca das mudanças em curso. O papel da educação formal como vetor de ampliação do universo de escolhas das mulheres também é fundamental para a compreensão desta dinâmica, uma vez que instaura novos desejos e constrangimentos seja no campo familiar, seja no mundo do trabalho. Apesar do desafio que ainda representa a análise da relação entre estes processos sociais, o papel central da escolarização como elemento explicativo ou vetor de mudanças importantes no campo das relações simbólicas e de poder entre homens e mulheres é, em certa medida, uma questão consensual.

Nesse sentido, o processo de expansão da escolarização em diversos contextos através de mudanças na legislação, que visaram universalizar o acesso a este bem, teria aberto às mulheres uma alternativa à educação de tipo eminentemente familiar, na qual o~~s~~ aprendizado~~s~~ estavam voltados para seu papel de mãe e esposa, oferecendo uma educação voltada para o mundo público. Prost (1992) destaca essa questão ao afirmar que toda educação escolar é educação para a vida pública. Segundo o autor, o aumento geral da escolarização remete a transformações muito mais profundas: "mais do que uma socialização dos aprendizados, seria um aprendizado da sociedade" (Prost, 1992, 82).

O ensino universitário se destaca dentro do processo mais amplo de escolarização feminina como um importante marco, pois sempre esteve mais diretamente relacionado à maior presença no mundo público e à aquisição não apenas de habilidades para o mercado de trabalho mas, também, de novos valores e práticas. A centralidade desta questão na estruturação de relações de gênero mais equânimes se reflete no fato de que, historicamente, esta foi uma bandeira que uniu as diversas correntes do movimento feminista. Perrot sintetiza essa dimensão ao afirmar que "o direito ao saber, não somente à educação mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada das reivindicações (do movimento feminista). Porque ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer." (Perrot, 2007, 159).

Diversos trabalhos (Lazo, 1990; Cavenaghi e Goldani, 1993; Alves, 1994; Sorj, 2003; Araújo e Scalon, 2005) demonstram a importância fundamental do recorte educacional nos diferenciais de participação no mercado de trabalho, taxas de fecundidade e nupcialidade entre

mulheres de distintos estratos educacionais. As tendências de maior participação laboral, adiamento do casamento e nascimento do primeiro filho e as menores taxas de fecundidade encontradas na população mais escolarizada destacam o vasto efeito desta dimensão sobre outras esferas da vida social e ressaltam sua importância dentro do campo dos estudos de gênero.

Nesse sentido, o grupo social que temos como foco – as mulheres de nível universitário – personifica muitos dos avanços recentemente alcançados no sentido de relações de gênero mais igualitárias mas, também, expressa os conflitos e as contradições intrínsecas a qualquer processo de mudança social. Dentro desta linha procuraremos discutir as tensões existentes entre o crescente espaço das mulheres no mercado de trabalho e as tradicionais concepções do feminino que ainda permeiam as práticas sociais no âmbito familiar e doméstico, que remetem à clássica divisão sexual do trabalho[4].

A pesquisa realizada por Araújo e Scalon (2005) discute estas questões através de análises realizadas a partir de um vasto *survey* aplicado a todo o país[5]. Dentre a ampla gama de tendências apontadas pelas autoras, destacaríamos várias dimensões. A primeira seria a coexistência, na realidade brasileira, de valores e práticas aparentemente contraditórias, o que impossibilitaria análises que partem de uma compreensão dicotômica que enxerga modernidade e conservadorismo como pólos mutuamente excludentes. Outra dimensão relevante encontrada pela pesquisa é uma grande distância entre valores e práticas no sentido de uma divisão mais equânime das tarefas domésticas. Ou seja, enquanto no plano das idéias este ideal já seria bastante compartilhado por alguns segmentos da sociedade brasileira, nas práticas cotidianas ele seria menos reproduzido.

Essas questões, destacadas a partir de um olhar mais amplo sobre os resultados encontrados, revelam o quanto nossa sociedade vem passando por um processo de intensa transformação e o quão fortes são as resistências, presentes em nossa cultura patriarcal, à construção de relações mais igualitárias. É interessante perceber que as concepções mais conservadoras e tradicionais se encontram "naturalizadas" nas práticas sociais das próprias mulheres.

A educação apareceria como vetor central na aquisição de um sistema de crenças mais igualitário sobre a relação entre os sexos. Sorj (2005), em um artigo que trabalha mais especificamente as percepções de homens e mulheres acerca das esferas de ação de ambos na vida social - a partir do padrão de respostas a algumas questões selecionadas no questionário da mesma pesquisa - revela que enquanto a contribuição feminina para o sustento da família já se encontra amplamente legitimada, a contribuição masculina nas atividades domésticas não goza da mesma aceitação. Segundo a autora, a participação no mercado de trabalho, níveis mais elevados de instrução e o pertencimento a gerações mais jovens correlacionaram-se positivamente com um ideário mais igualitarista.

As concepções mais igualitárias no campo das relações de gênero estariam diretamente relacionadas, na ação feminina, à ampliação do universo de escolhas e ao maior investimento na própria qualificação bem como na vida profissional. Desse modo, o casamento e o nascimento de

---

[4] Conceito que evidencia as distintas esferas de trabalho tradicionalmente de homens e mulheres: aqueles ficariam incumbidos da unidade produtiva (mais visibilizada e valorizada socialmente) e por isso receberiam um salário e estas seriam responsáveis pela unidade doméstica (tarefas relativas à reprodução da força de trabalho) e não receberiam qualquer remuneração.

[5] Pesquisa "Gênero, Trabalho e Família", que parte de um questionário padrão, aplicável a todos os países que compõe um programa mais amplo, acrescido de perguntas relacionadas à realidade brasileira. Seus resultados constituem-se em importante eixo de análise pois articulam de forma pioneira a teoria social produzida neste campo de questões com resultados estatísticos generalizáveis e representativos da realidade brasileira.

filhos deixariam de ser encarados como futuro óbvio e inexorável, passando a serem vistos como experiências que podem ou não existir e, principalmente, que podem ser adiados diante de outras prioridades.

O avanço dos processos de escolarização e inserção feminina no mercado de trabalho na maior parte do mundo tem sido concomitante ao declínio das taxas de fecundidade, chegando, em alguns países, a patamares abaixo dos quais a população não consegue mais se reproduzir, ou seja, 2,1 filhos por mulher. Therborn (2004) faz uma ampla discussão dessas tendências em diversas regiões do mundo ao longo do último século. Ao tratar do que chama de segunda onda mundial de queda da fecundidade (1965-2000) no contexto europeu, o autor traz elementos do debate de gênero e do processo de erosão das estruturas patriarcais sob o impacto do movimento feminista, para explicar o processo que resulta em taxas abaixo do nível de reposição na maioria dos países europeus.

Em que pesem as diversas realidades em jogo, as dimensões ressaltadas pelo autor também se verificam no grupo mais escolarizado da população feminina brasileira no recente período de nossa história[6]. Os principais elementos comuns seriam: o senso de domínio das mulheres sobre suas próprias vidas - tanto sexuais quanto reprodutivas, agora não necessariamente associadas graças ao advento da pílula anticoncepcional e da entrada de outros anticoncepcionais mais eficazes no mercado - e a crescente autonomia advinda da maior escolaridade e do investimento na vida profissional.

Esse debate se amplia e vem ganhando relevância em contextos como o brasileiro, onde a Taxa de Fecundidade Total observada a partir de dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) 2006 é 1,8 filhos por mulher, o que representa menos que a reposição populacional no longo prazo. Apesar da proximidade com o equilíbrio (a reposição exata seriam 2,1 filhos por mulher) o fato de tratar-se de uma medida que sintetiza experiências reprodutivas bastante diversas chama atenção para a realidade de alguns segmentos sociais nos quais estas taxas se encontram bastante abaixo da reposição. Berquó e Cavenaghi (2004) mostram que no Censo 2000 o grupo de mulheres com 12 anos ou mais de estudo (escolaridade que representa a entrada na universidade) apresentava uma Taxa de Fecundidade Total de 1,1 filhos por mulher, o que sugere que no segmento que temos como foco e, particularmente entre as coortes mais jovens, a magnitude do fenômeno possa ser ainda maior.

2 . Articulações entre a baixa fecundidade e os avanços femininos no mercado de trabalho

Em pesquisa desenvolvida anteriormente (Guedes, 2004) demonstramos que nas últimas três décadas do século XX no Brasil havia uma distância entre os intensos avanços femininos no campo educacional e a diminuição das desigualdades salariais por sexo no mercado de trabalho. Em linhas gerais, apesar das mulheres terem aumentado sua participação relativa dentro do contingente de formados em praticamente todos os cursos universitários, os altos diferenciais salariais em relação à população masculina de mesma formação haviam caído pouco no período em questão. Parte desta desigualdade, no entanto, era explicada pelo peso de coortes mais velhas, nas quais a ampla maioria de profissionais no topo da carreira eram homens. Ou seja, parte da desigualdade havia se estruturado num processo mais amplo iniciado nos anos 1970, período em

[6] O autor destaca que a expansão do ensino universitário na Europa também foi um elemento importante na estruturação desse novo cenário de crescente autonomia feminina e risco da reposição populacional diante das baixas taxas de fecundidade.

que as identidades femininas, ainda muito articuladas ao campo doméstico, influenciavam não apenas a vida familiar, mas marcavam também o tipo de inserção laboral destas mulheres mais escolarizadas.

Diante da crescente presença das mulheres na vida pública e da valorização da autonomia feminina através, principalmente, do investimento na vida profissional, a questão posta para futuras pesquisas era em que medida os baixos diferenciais salariais encontrados nas coortes mais jovens (em início de carreira) se manteriam ao longo da vida profissional – o que resultaria em uma realidade futura menos desigual - e as possíveis inter-relações destas mudanças sobre as identidades femininas no âmbito doméstico.

O avanço na compreensão destas dinâmicas para o segmento mais elitizado de mulheres - que teoricamente estaria mais apto a ocupar os cargos de maior prestígio e poder no mercado de trabalho - é fundamental em contextos como o brasileiro, no qual o acesso feminino a postos de comando é particularmente problemático. Como aponta Valenzuela, (1998), no Brasil não existe uma relação direta entre a participação econômica da mulher e a igualdade de gênero. A autora destaca que em relação a outros países latino-americanos, se por um lado temos uma alta taxa de participação feminina no mundo do trabalho, por outro estamos muito mal colocados no ranking do IPG - Índice de Potenciação de Gênero, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para medir a desigualdade de gênero em esferas-chaves da participação econômica e política e instâncias decisórias.

Neste sentido, buscamos aprofundar o olhar sobre o campo doméstico e enxergar possíveis efeitos destes valores mais orientados para o mundo do trabalho sobre o comportamento reprodutivo do grupo em questão. Essa inversão permite avançar na compreensão das relações envolvidas nestas duas dimensões da vida social e das atuais significações da divisão sexual do trabalho enquanto categoria chave para os estudos de gênero.

O fato de o estrato educacional mais escolarizado representar uma parcela de trabalhadores para os quais a concorrência e a progressão ao longo da vida profissional são marcas da participação laboral, por outro lado, consolida este grupo como um lócus privilegiado de análise das tensões e negociações que envolvem a maternidade. Dentro desta perspectiva, a fecundidade bastante abaixo do nível de reposição poderia ser analisada como um indicador fundamental das tensões existentes entre os projetos individuais e familiares e o investimento na carreira[7].

Como aponta Lagevin (1986), o início da vida adulta das mulheres concentra as pressões sociais para pôr uma criança no mundo e simultaneamente investir em uma carreira. Contudo, os constrangimentos que cercam ambos os campos da vida social e seus arranjos são bastante distintos dependendo do grupo social ao qual pertence a mulher. Diante disso, é fundamental destacar as singularidades do comportamento reprodutivo deste contingente em franca expansão e explicar suas dinâmicas, quanto analisar a evolução das desigualdades no mercado de trabalho entre as mulheres e os homens deste que é o estrato educacional a apresentar os maiores diferenciais salariais por sexo e que diminuem mais lentamente ao longo dos anos (Guedes, 2004).

Segundo McDonald (1996) as pessoas têm filhos em função de suas expectativas sobre como esta transição para a maternidade ou paternidade afetará suas vidas, através de um balanceamento das alternativas entre seu contexto pessoal e cultural. O nascimento de filhos é

[7] Evidentemente não tomamos como "natural" o desejo pelo filho mas apenas chamamos atenção, como será explorado adiante, para a maior distancia entre desejo/concretização da maternidade neste grupo em relação a outros estratos educacionais de mulheres.

marcado, desse modo, por duas dimensões que coexistem e estão em permanente conflito e/ou negociação na vida das mulheres: os tempos biológicos e sociais. Como já foi apontado anteriormente, a constatação de que os avanços das mulheres no campo profissional não vêm sendo acompanhados por um processo de "desnaturalização" dos tradicionais papéis femininos vinculados ao nascimento de filhos e pela desconcentração do trabalho reprodutivo na figura da mãe, parece fazer com que esta experiência seja postergada até um limite máximo possível ou mesmo deixe de figurar nos planos de algumas mulheres do segmento mais escolarizado da população brasileira[8].

Oliveira e Marcondes (2004) encontram este elemento na fala de mulheres pertencentes a camadas médias paulistanas, onde as demandas sociais e afetivas exigidas das mulheres na criação dos filhos entrariam em conflito com as demandas de outros projetos da vida destas informantes, como os profissionais. Segundo as autoras, a postergação da maternidade até um limite de idade máximo possível seria a alternativa encontrada pelas entrevistadas para poderem se dedicar à construção de uma vida profissional e pessoal mais estabilizada emocional e financeiramente, com as quais pudessem garantir a segurança e maturidade que consideram necessárias para assumir as responsabilidades envolvidas na condição de ser mãe.

Tain (2005) destaca a maternidade como a etapa mais decisiva em termos de possíveis efeitos negativos sobre o rendimento feminino no mercado de trabalho. Uma questão importante levantada pela autora, que necessariamente discutiremos na pesquisa, é a idéia de que a idade na qual esta experiência ocorre pela primeira vez possa influenciar negativamente na vida produtiva feminina mais do que propriamente a maternidade em si. Nesse sentido, particularmente para este segmento mais elitizado da população, as novas tecnologias reprodutivas estariam desempenhando um papel fundamental de estender o tempo biológico da fertilidade.

O estudo de Itaboraí (2003), que investiga as chances das mulheres estarem inseridas no mercado de trabalho brasileiro a partir de uma ampla gama de variáveis das PNADs de 1984 e 1996, aponta para uma direção semelhante à hipótese de Tain, no sentido da pressão que a interseção entre trabalho produtivo e reprodutivo produz sobre a vida das mulheres. A autora demonstra que o efeito decisivo sobre a participação laboral feminina como um todo é o da idade do filho mais novo. A autora destaca que esta variável influencia mais diretamente as chances negativas de a mulher estar trabalhando do que o próprio número de filhos tidos. Entretanto, a mesma pesquisa revela que, nas camadas mais altas da população feminina com filhos menores de 1 ano, a proporção de mulheres que não estava trabalhando era menor que na população como um todo.

A maior permanência feminina deste segmento no mercado de trabalho, mesmo com filhos pequenos, pode refletir um padrão geral de inserção laboral – taxa de participação e tempo semanal dedicado ao trabalho produtivo - mais próximo ao masculino. Este quadro ressalta a relevância de se centrar a análise, no grupo em questão, sobre os rendimentos advindos do trabalho ou o tipo de ocupação (presença em cargos de chefia) para captar as desigualdades de gênero.

O estudo de Sorj (2006) reforça esta questão ao demonstrar, através da análise de dados da PNAD de 2001, um impacto diferenciado da freqüência ou não de filhos a creches ou pré-escolas (crianças de até 3 anos) sobre o tipo de inserção laboral de suas mães em distintos quartis

[8] Neste sentido, o olhar sobre a distribuição das parturições ao fim do ciclo reprodutivo é de suma importância pois demonstra se de fato estaria havendo uma homogeneização em torno do filho único ou se uma grande proporção de mulheres sem filhos estaria sendo contrabalançada por outras com uma prole maior.

de rendimento. Em primeiro lugar, chama atenção o fato de não variar substancialmente entre os diferentes grupos a freqüência infantil à creche (35,1% no estrato de trabalhadoras mais bem remunerado contra 26% no mais mal remunerado). O grupo mais bem remunerado de trabalhadoras destaca-se por algumas diferenças instigantes. Neste grupo, ter filhos em creches não afeta a taxa de participação no mercado de trabalho nem as horas trabalhadas, sugerindo que independentemente de utilizarem este tipo de serviço não as impede de exibirem alto envolvimento profissional. Contudo, é exatamente neste grupo das mais bem remuneradas que o fator ter filhos em instituições de cuidado infantil mais afeta o rendimento familiar per capita e o salário médio.

Este dado sugere que a questão chave para a análise do tipo de relação entre maternidade e mundo do trabalho neste segmento de trabalhadoras não seria captada através das variáveis comumente analisadas em estudos sobre desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Os rendimentos parecem ser aspecto mais sensível dentre os ônus a serem pagos pelas mulheres pelos seus encargos reprodutivos. Nesse sentido, diante das especificidades do grupo que temos como foco, seria de suma importância informações que dessem conta do tipo de progressão que este contingente alcança ao longo da vida profissional e os significados diferenciados que essa dimensão foi tomando ao longo do tempo através de distintas gerações e ramos específicos dentro do próprio mercado de trabalho.

Essa diversidade de relações que as mulheres estabelecem com o trabalho produtivo é uma questão importante para a análise articulada ao campo reprodutivo porque, particularmente em segmentos mais abastados da população, sua dinâmica não é restrita à necessidade financeira, mas se insere em um campo mais amplo de afirmação de autonomia e de construção de uma identidade individual. Prost (1992) destaca esta dimensão distintiva nos anos 1970 na França, quando a principal justificativa do trabalho feminino entre os quadros superiores era a igualdade dos sexos e a independência da mulher, enquanto entre os operários e os empregados do comércio e dos escritórios ainda predominavam as justificativas econômicas.

Essa diferenciação entre segmentos populacionais em um mesmo tempo histórico faz com que a inter-relação entre esfera produtiva e reprodutiva da vida social não possa ser compreendida através da mesma lógica totalizante de que sempre o "consumidor racional" busca a maximização dos lucros e oportunidades. Partir dessa premissa simplificadora implicaria em assumir que as mulheres mais pobres teriam filhos por não ter muito a perder e as de classe média e alta não o fariam nunca já que em qualquer tempo o nascimento de uma criança implica em gasto de tempo, cuidados e recursos financeiros que não se encaixam na equação racionalizadora. Em linhas gerais poderíamos afirmar que a questão não se esgota a partir de dados censitários já que muitas das dimensões em jogo não são mensuráveis.

Diante disso a crítica a este tipo de enfoque se opera em duas direções: tanto nas camadas mais baixas quanto nas mais altas. No primeiro grupo seria equivocado supor que a população pobre não teria racionalidade envolvida no processo de reprodução. Nas camadas médias e altas da sociedade, por outro lado, a limitação deste enfoque seria justamente supor que o comportamento do "consumidor racional" não opera a partir de constrangimentos que são bastante distintos entre homens e mulheres. Ou seja, estas não teriam filhos se incorporassem por completo a lógica historicamente masculina de maior rendimento possível no mundo do trabalho.

A constatação de diversos estudos, independentemente dos argumentos mais ou menos economicistas é que, de modo geral, há na população mais escolarizada de mulheres uma tendência de adiamento do nascimento do primeiro filho. Esse fenômeno se explicaria pela prioridade dada às possibilidades de qualificação e crescimento profissional em um início de vida adulta e o posterior nascimento do filho com menos impacto em uma carreira já estabelecida. No

entanto, nem sempre estas temporalidades se ajustam, sendo freqüente mulheres deste segmento acabarem não se dispondo a arcar com o ônus do trabalho reprodutivo sobre sua vida profissional. Nesse sentido, sua situação assemelha-se à enfrentada em vários países europeus.

Em estudo comparativo entre países com distintas tendências de fecundidade, McDonald (1997) sustenta que o problema das taxas abaixo do nível de reposição seria resultado da incoerência entre os níveis de equidade de gênero em diferentes instituições sociais e econômicas. Nesse sentido, as instituições que partem de uma matriz de pensamento que concebe as mulheres como indivíduos seriam mais avançadas em termos de igualdade de gênero em comparação àquelas que enxergam as mulheres como mães ou membros de famílias.

No caso brasileiro, como já apontamos em trabalho anterior (Guedes 2007), que discutiu a literatura sobre nossa legislação e políticas públicas na esfera da economia do cuidado, é bastante arraigada a idéia de que os responsáveis pelas tarefas relativas ao cuidado dos indivíduos são os próprios membros da família. Esta tendência aponta para uma escassa consciência crítica acerca do papel do estado neste processo. Outra dimensão importante que está presente na literatura analisada é a idéia de que não houve mudanças substantivas na construção de concepções mais igualitárias nas representações de papéis de homens e mulheres dentro das famílias no que tange o cuidado com seus membros no período pós-contituição de 1988. Em linhas gerais poderíamos afirmar que o intenso processo de mobilização da sociedade civil que marcou a história política brasileira na década de 1980 perde fôlego no momento seguinte e poucos avanços são assistidos no campo das políticas sociais.

Uma outra questão importante - que acaba estando articulada tanto à baixa fecundidade quanto ao adiamento do nascimento do primeiro filho - é o processo de desestruturação do modelo tradicional de família e o crescimento do divórcio no Brasil a partir dos anos 1980. Berquó e Oliveira (1992) chamam atenção para esta tendência e a contextualizam num cenário mais amplo de mudanças que viriam ocorrendo na sociedade brasileira a partir do final da década de 1960, devido, principalmente, à maior emancipação feminina. Segundo as autoras, estas mudanças implicaram alterações importantes no universo de expectativas das mulheres, deixando o casamento de ser a via privilegiada de concretização de um projeto de vida independente da família de origem.

Esta mudança, sentida na sociedade brasileira como um todo, é ainda mais intensa nas classes médias e altas da população, onde a maior autonomia feminina advinda dos rendimentos do trabalho e de um *ethos* mais individualista constroem maiores expectativas e cobranças em torno do casamento o que, conseqüentemente, cria um campo mais fértil para a prática do divórcio. Vincent (1992) cita importantes estudos de Andrée Michel no contexto francês, mostrando que as mulheres ativas com nível de instrução mais elevado são as que se declaram as menos satisfeitas com seus casamentos e que sua autonomia – maior também em relação ao marido – requer uma nova definição da vida conjugal, uma nova divisão das funções e dos papéis, não só dentro, como também fora da família.

Arán (2003) destaca a maior rotatividade de situações conjugais e o decréscimo do número de filhos tidos como processos que acabam provocando uma turbulência na noção de família como aquilo que sustenta e organiza a sociedade. Segundo a autora, esta crise da família nuclear, juntamente com a entrada da mulher no mercado de trabalho, a separação entre sexualidade e reprodução e a política de visibilidade da homossexualidade, conformariam um novo paradigma para pensar a relação entre os sexos.

Historicamente a Demografia esteve muito preocupada em analisar os chamados determinantes próximos da fecundidade (Bongaarts, 1978): idade em que a mulher se torna sexualmente ativa; a prevalência, duração e intensidade da amamentação; o uso de contracepção;

e a utilização do aborto. No entanto, em segmentos sociais como o que temos como foco - nos quais a utilização de métodos contraceptivos eficazes é amplamente difundida e a mulher de fato pode optar pelo momento em que deseja (ou não) ter um filho - cabe-nos indagar as construções sociais que vêm fazendo com que a gravidez esteja sendo adiada ou mesmo excluída do campo de possibilidades da vida feminina.

Nesse sentido, chamaríamos atenção para as singularidades do contingente em questão no que tange à construção social dos desejos e constrangimentos envolvidos nesta decisão. Heiland et all (2005) avançam nesse sentido ao discutirem a contradição existente nas camadas mais escolarizadas entre o desejo (entendido enquanto ideal, não como intenção) e a real fecundidade que as mulheres pertencentes a estes grupos apresentam. Utilizando-se de duas pesquisas amostrais, uma realizada na Alemanha (DIJ Familiensurvey 1988, 1994/95) e outra cobrindo todo o continente europeu (EUROSTAT 2001, utilizada para fins de comparabilidade dos resultados com outros países), os autores mostram que, não apenas naquele país, mas em todo o continente europeu, homens e mulheres mais escolarizados querem mais filhos do que de fato têm, constituindo este o estrato em que se observa a maior defasagem entre desejo e concretização.

Nesse sentido, a pesquisa relativiza a idéia de que a educação e as oportunidades no mercado de trabalho (mais diretamente correlacionadas naquele contexto que no brasileiro) respondam por valores menos orientados para a família e mais centrados nas conquistas individuais. Por outro lado, a distância entre discurso e prática aponta para constrangimentos e contradições que permeiam as opções femininas nestes grupos sociais, bastante distintos dos presentes nas escolhas das mulheres pertencentes às camadas menos escolarizadas da população.

Possivelmente estas contradições possam estar presentes também nas camadas mais escolarizadas brasileiras que temos como foco. Isso porque grande parte dos valores e práticas que redirecionam a ação destas mulheres européias prioritariamente para o mercado de trabalho - mesmo quando afirmam querer mais filhos do que na realidade têm - também fazem parte do *ethos* bastante difundido nos meios mais elitizados da sociedade brasileira a partir dos anos 1970, sob influência do movimento feminista, especialmente, mas como ingrediente das rupturas mais amplas que as novas gerações empreenderam em relação às de seus pais.

Chamaríamos atenção, nesse sentido, para a relevância de se pensar nos termos propostos por Moore (2000), onde o sujeito no pensamento pós-estruturalista seria composto de, ou existiria como, um conjunto de posicionamentos e subjetividades múltiplas e contraditórias. O tipo de argumentação desenvolvida pela autora para este tipo de perspectiva parte fundamentalmente da idéia de que se a subjetividade fosse vista como singular, fixa e coerente, tornar-se-ia muito difícil explicar como os indivíduos constituem seu sentido de si mesmos – suas auto-representações como sujeitos - por referência a várias posições de sujeito frequentemente contraditórias entre si.

Essa tensão entre a identidade, agora também articulada ao mundo público, e a resistência à concretização da experiência da maternidade num contexto social como o brasileiro - ainda bastante marcado pelo patriarcado - remete inevitavelmente à referência por parte das mulheres ao papel social materno. Neste sentido é marcante na atualidade um conflito de valores entre negação e resignificação da maternidade, a qual tem seu significado histórico ligado tanto à afirmação de uma "essência feminina", quanto como pretexto para todo tipo de exclusão da vida pública[9].

[9] A mídia freqüente publica artigos e reportagens que reproduzem um ideário que no qual o trabalho feminino aparece como principal causador de todos os tipos de desestruturação das condições de vida e desenvolvimento das crianças e adolescentes.

O debate em torno da maternidade vem sendo exaustivamente travado no seio do movimento feminista e, no que tange a abordagem da qual pretendemos partir para este trabalho, é fundamental a perspectiva mais ampla proposta por Scott: "A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração" (Scott, 2005, 15).

Essa idéia é bastante fecunda no caso das representações que cercam a maternidade, pois se historicamente essa característica estritamente feminina (a capacidade reprodutiva) foi ressaltada de modo a naturalizar a manutenção das mulheres apenas na esfera reprodutiva da vida social, cabe indagar-nos quais são as relações sociais, na contemporaneidade, que cercam essa diferença que sempre existirá, mas que assume diferentes construções simbólicas ao longo do tempo.

3 – Ampliando a questão do desejo (ou não) por filhos para além da esfera econômica

O diálogo exclusivo com estudos quantitativos perde de vista a vasta produção de teorias no corpo mais amplo das ciências sociais, que abrem uma perspectiva fundamental ao problematizar e ampliar o escopo da temática reprodução através da desnaturalização e contextualização histórica e cultural do desejo por filhos e da forma como as sociedades se reproduzem.

Um primeiro "lembrete" fundamental da teoria sociológica é que as próprias categorias censitárias não existem enquanto realidade em si, mas refletem as relações sociais e de poder que classificam e excluem determinados grupos e/ou organizações da conceituação vigente. O exemplo mais concreto deste tipo de questão é a variável *família*, cuja dimensão central a ser captada pode variar de um país para outro[10]. Essa diversidade revela distintas construções simbólicas e reflete lutas e processos políticos que se inserem de modo diferenciado em cada sociedade.

Como sustenta Bourdieu (1996), ao nomear e classificar as famílias, os institutos de estatística estatais produziriam, sobretudo, representações. Nesse sentido, o autor sugere que as categorias familiares, compreendidas enquanto instrumento fundamental de construção da realidade social, fossem pensadas "como instituições existentes tanto na objetividade do mundo, sob a forma desses corpos sociais elementares que chamamos de famílias, quanto nos espíritos, sob a forma de princípios de classificação" (Bourdieu,1996, 133).

No que tange às próprias relações de poder que se refletem no tipo de classificação com as quais os institutos de pesquisa trabalham, é fundamental na reflexão proposta por Bourdieu a idéia de que sob a aparência de descrição, de fato, a realidade social estaria sendo construída. Dito de outro modo, o que a primeira vista poderia parecer um procedimento de descrever algo "natural" seria na realidade uma prescrição de um modelo de família a ser seguido.

Neste âmbito, é fundamental recolocar o tipo de problemática que temos como foco uma vez que as taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição, tanto na população como um todo, quanto em segmentos específicos, não seriam um problema em si, apenas tornam-se uma questão ao refletirem fenômenos sociais mais amplos e manifestarem assimetrias de gênero em diversos campos da vida social. Desse modo, buscamos ressaltar a diversidade dos novos arranjos acionados entre mundo do trabalho e vida familiar, na população feminina como um todo através

[10] Enquanto alguns consideram a unidade de consumo como o elemento fundante de uma família outros captam a unidade reprodutiva ou a relação conjugal (neste caso há divergência entre os que consideram o casamento homossexual e aqueles que não o fazem).

de um olhar que destaque a heterogeneidade do próprio grupo de mulheres com nível universitário, partindo de uma lógica que não se restringe à dimensão econômica da reprodução.

O flerte dos estudos demográficos com teorias que privilegiam o enfoque econômico é grande e vai desde a postulação seminal de Malthus acerca do ritmo de crescimento desigual entre população e os alimentos, ainda no século XIX, passando pela Teoria da Transição Demográfica - central a diversas correntes de estudos sobre fecundidade, mas relativizada dentro do próprio campo demográfico por autores que a tomam como uma síntese histórica - até a importante contribuição de Caldwell apoiada na idéia do fluxo intergeracional de riquezas[11].

Através de um olhar centrado na vertente econômica neoclássica poderíamos explicar algumas das especificidades encontradas no tipo de inserção laboral do grupo que temos como foco, em relação ao contingente feminino total ou da própria forma como estas mulheres de nível universitário estruturam seus planos familiares. Mas este enfoque mostra-se bastante insuficiente ao compararmos as dinâmicas em ambos os campos entre homens e mulheres e, particularmente, as desigualdades que marcam as relações de gênero.

Nesse sentido, parece-nos demais simplificador assumir que a correlação negativa entre alta escolarização feminina e filhos se explique apenas a partir dos custos de oportunidade[12] que a inserção desta mão-de-obra no mercado de trabalho implica ou de uma "estrutural" incompatibilidade de papéis. Esse olhar, além de partir da problemática premissa de que é apenas em termos econômicos que a escolha de ter ou não um filho se baliza, assume uma perspectiva naturalizadora das demandas do lar e das tradicionais representações em torno da maternidade, como se estas fossem dimensões constantes em todos os grupos sociais e em todos os tempos históricos.

A centralidade da reprodução nos enfoques que buscam na população causas de problemas estruturais como pobreza e violência é outra dimensão que torna problemática esta interface direta. O viés de se olhar a população como uma variável a ser controlada (seja para um aumento ou diminuição das taxas de fecundidade) representa um histórico empecilho a pensar as componentes da dinâmica demográfica, antes de mais nada, como causa e efeito diretos de relações e dinâmicas sociais mais amplas.

Foucault (1988) analisa este tipo de "prática científica" como uma das grandes inovações nas técnicas de poder no século XVIII e aponta que foi neste período que a população surge como problema econômico e político. Segundo o autor, no cerce da questão estaria o sexo e - pela primeira vez postulado dessa maneira – o modo como cada indivíduo o usa. Surgiria, a partir daí, a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico.

O ponto central da argumentação do autor seria o de que a conduta sexual da população seria tomada nos estudos demográficos, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção. Nesse sentido, como o próprio Foucault assevera, "aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais – exortações morais e religiosas, medidas fiscais – tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política deliberada" (Foucault ,1988, 33).

---

[11] O autor analisa as quedas nas taxas de fecundidade como fruto de mudanças estruturais que fizeram com que, nas sociedades modernas, o modelo familiar baseado em grandes proles deixasse de ser vantajoso diante do encarecimento das crianças e da expansão de formas alternativas de apoio a idosos. Neste novo contexto, o fluxo de riqueza teria se invertido, passando agora de pais para filhos.

[12] Idéia de que o ônus para o rendimento no mercado de trabalho advindo do nascimento de filhos é maior no caso das trabalhadoras mais qualificadas e com maiores salários.

A contundente crítica construída pelo autor, no entanto, não explora o fato de que o modo como se estruturou historicamente a Demografia – bastante articulada às políticas públicas e desempenhando um claro papel ideológico – não significa um "caminho inexorável" sobre o qual não haveria possibilidade de mudança. As bases técnicas sobre as quais se estruturou os diversos tipos de discurso controlista, também poderiam embasar análises menos voltadas para uma dimensão normativa e mais centradas nos processos de mudança e diversidade da realidade social.

A interface deste tipo de questionamento com os estudos de gênero é bastante direta uma vez que as pressões e constrangimentos sofridos por homens e mulheres neste campo são bastante diferenciados e, do mesmo modo, o são os significados e "escolhas" envolvidas na decisão de ter um filho. A família, neste caso, aparece como elemento que *generifica* os sujeitos, estruturando diferenças e desigualdades entre os campos simbólicos feminino e masculino.

Indo nesta direção, Goldani (1997) ressalta que a distribuição e/ ou relação de poder entre homens e mulheres ou mesmo entre os membros das famílias permanece como desafio maior para os demógrafos, que para tal deveriam expandir suas questões e seus dados mais além dos *surveys* individuais. Segundo a autora, isto seria necessário porque a distribuição de poder na família e na comunidade seria algo institucional e não estaria representado adequadamente na tradicional informação individual.

A discussão em torno das assimetrias de poder dentro do par conjugal necessariamente envolve arranjos e dimensões diferenciadas em cada segmento populacional mas, em todos os casos, apresenta uma interface direta com as decisões em torno do nascimento (ou não) de filhos. No caso de camadas médias urbanas, Heilborn (2004) destaca como questão que permeia o debate em torno da conjugalidade na contemporaneidade, a idéia de que a relação que funda o casal moderno seria de dois iguais, socialmente falando, característica que matizaria a essencialidade e exclusividade do amor que institui o par. Segundo a própria autora, o nascimento de filhos redefiniria a realidade do casal, conferindo-lhe uma espessura qualitativamente distinta do par sem filhos. Se por um lado, esse acontecimento altera a estrutura da relação, imprimindo-lhe uma expectativa legítima de duração, por outro o "ideal de igualdade" passa a ser fortemente posto à prova no cotidiano de tarefas em torno dos cuidados com o bebê, momento no qual as tradicionais identidades de gênero podem emergir e trazer conflitos ao par conjugal.

Salém (2007) encontra elementos parecidos em pesquisa sobre o fenômeno por ela chamado de "casal grávido", nome sugestivo de uma visão de mundo e disposição prática de tornar comum ao homem e à mulher a experiência de preparar a chegada de uma criança. O tema revela as transformações profundas pelas quais passou a concepção de casal nas camadas médias, em particular com a expectativa de reduzir diferenças de gênero e aproximar o homem do universo feminino. No entanto, a autora aponta para o pós-parto como um momento de crise, revelador de uma defasagem entre os ideais postulados e o que é implementado na prática após o nascimento do bebê.

Como a própria autora destaca, mais do que dramatizar questões sobre maternidade e paternidade, o "casal grávido" poria em cena fundamentalmente um ideal de conjugalidade designado por ela como *casal igualitário*. Esta perspectiva é bastante interessante, pois aponta o centro da problemática pós-parto para as relações de gênero e a forma como relacionalmente cada indivíduo dentro da díade negocia a distância entre o ideal de igualdade e a divisão de tarefas de cuidado com o bebê na prática. Nesse sentido, o momento do nascimento da criança (gerador da crise) poderia ser interpretado como o momento no qual se re-institucionalizaria no casal os papéis de gênero.

Esse quadro, comum aos modos de estruturação familiar da população que temos como foco, se combina com outra questão bastante particular e recente dentro deste tipo de segmento: a relação das mulheres com seu trabalho consolidada a partir de um valor de autonomia e sucesso, e não mais ligada à idéia de ajuda ou complementaridade à renda masculina. Lipovetsky (1997) destaca essa questão ao colocar que o trabalho feminino apareceria hoje como parte de uma exigência individual e identitária das mulheres.

A combinação destas especificidades reflete a impossibilidade de se falar de representações femininas uniformemente estruturadas em torno da maternidade e a importância do olhar segmentado sobre o contingente de mulheres em qualquer sociedade. Haraway (2004) segue esta linha ao diferenciar os significados que a idéia de autonomia das mulheres americanas brancas e negras sobre o próprio corpo assumiu historicamente naquele contexto. Segundo a autora, no patriarcado racista norte-americano, a "necessidade" de filhos racialmente puros, por parte dos homens brancos, colocava as mulheres livres e não livres em espaços incompatíveis, simbólica e socialmente assimétricos. Segundo a autora, no passado as mulheres negras se defrontariam com um campo social mais amplo de falta de liberdade reprodutiva no qual seus filhos não herdariam o estatuto de humanos nos discursos hegemônicos fundadores da sociedade norte-americana. O problema da mãe negra nesse contexto não seria simplesmente seu próprio estatuto como sujeito, mas também o estatuto de seus filhos e de seus parceiros sexuais.

No contexto atual, ainda marcado por estas raízes históricas, para as mulheres brancas, o conceito de propriedade do eu em relação à liberdade reprodutiva teria sido em geral focalizado no campo de eventos em torno da concepção, da gravidez, do aborto e do nascimento em função deste passado. Como a própria autora destaca, para este segmento de mulheres, "ter ou não ter filhos torna-se então, literalmente, uma escolha que define o sujeito" (Haraway, 2004, 243).

A maior preocupação com as mulheres no processo de reprodução[13], por outro lado, refletiria a idéia da hereditariedade como algo mais ligado ao campo feminino, o que também reflete a assimetria de gênero que constrói as mulheres como redentoras do "ideal" de sociedade. Esse papel, por outro lado, faz com que o rompimento feminino de não ter filhos seja concebido socialmente como mais agressivo hierarquicamente que o masculino.

Esse quadro de questões aponta dimensões fundamentais à teoria demográfica, bastante centrada na racionalidade neoclássica na estruturação de suas teorias sobre fecundidade. Nesse sentido, a principal contribuição do pensamento social mais amplo seria a afirmação e a exploração de outras racionalidades em jogo no processo reprodutivo.

Considerações Finais

Como a epígrafe do trabalho sugere, propomos um enfoque que não separa a análise demográfica e social dos fenômenos em questão. Nesse sentido, refutamos as concepções que constróem a população como problema ou questão em si, deslocadas dos processos históricos e sociais que as conferem sentido como objeto central de investigação na teoria social.

[13] A Demografia reforça essa dimensão ao centrar quase a totalidade de suas medidas no comportamento reprodutivo feminino. Greene e Biddlecom (2000) colocam que a ausência masculina nas pesquisas demográficas no campo da reprodução seria primeiramente normativa e refletiria a socialização de demógrafos influentes e o curso que suas pesquisas tomaram. Além disso, as autoras chamam atenção para uma outra dimensão (problemática) implícita nesta prática: a idéia de que sempre haveria consonância entre os interesses masculinos e femininos dentro do casamento. Ao encarar as respostas femininas como sendo as respostas "do casal", estas pesquisas ignorariam as relações de poder e negociações importantes que permeiam as decisões e práticas neste campo.

Evidentemente este esforço implica também em uma articulação entre o tipo de reflexão tradicionalmente empreendida em cada corpo disciplinar.

A contribuição particularmente da Sociologia e Antropologia através dos estudos de gênero e suas diversas interfaces representa um desafio a ser incorporado pela Demografia. Isso porque a pretensa "neutralidade científica" que marca este corpo disciplinar ainda reflete a escassa reflexão acerca dos próprios processos de poder que marcam a história do pensamento de qualquer ciência e que necessariamente precisam ser pensados e problematizados para que a epistemologia no interior do campo demográfico exista de fato.

Essa postura, historicamente mais exercitada em outras disciplinas que na Demografia, retira os estudos de gênero dos guetos que o marcam como sinônimos diretos dos estudos de mulher - ou no nosso caso, de trabalhos que utilizam a variável sexo como chave de análise - para conferir-lhe um vigor analítico e teórico que questiona os conceitos, as categorias e os próprios vieses que marcaram nossa tradição disciplinar.

Referêcias Bibliográficas

ALVES, José Eustáquio D. "Transição da Fecundidade e Relações de Gênero no Brasil". Tese de Doutorado defendida no CEDEPLAR/UFMG, 1994.

ARÁN, Márcia. "Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea" In *Revista de Estudos Feministas*, nº 11, vol 2, 2003.

ARAÚJO, Clara e **SCALON**, Celi. "Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil" In *Gênero, Família e trabalho no Brasil*. ARAÚJO, C. e SCALON, C. (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BERQUÓ, Elza e **CAVENAGHI**, Susana. "Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos níveis de fecundidade no Brasil e sua variação na última década", *Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais* (ABEP) - Caxambu, Setembro de 2004.

BERQUÓ, Elza e **OLIVEIRA**, Maria coleta A. "Casamento em tempos de crise". Trabalho apresentado no *Seminar on the Demographic Consequences of Structural Adjustment in Latin América*, Ouro Preto- MG. Brasil, outubro de 1992.

BONGAARTS, John. "A fremework for analyzing the proximate determinants of fertility". In *Population and Development Review* 4, 1978.

BOURDIEU, Pierre. "Apêndice: O espírito da família". In *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

CAVENAGHI, Suzana M. e **GOLDANI**, Ana G. "Fecundidade e família: os tamanhos das famílias das mulheres e das crianças no Brasil". In *Revista Brasileira de Estudos de População*, no. 10, 1993.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOLDANI, Ana Maria. "Demografia e Feminismos: os desafios da incorporação de uma perspectiva de gênero". In *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Aguiar, Neuma (org.) Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

GREENE, Margaret. **BIDDLECOM**, Ann "Abset and Problematic Men: Demographic Accounts of Male Reproductive Roles". In *Population and Development Review*, vol. 6, nº 1, mar/2000.

GUEDES, Moema de Castro "As mulheres de formação universitária: a reversão da desigualdade de gênero e seus reflexos no mundo do trabalho", dissertação de mestrado defendida na ENCE/ IBGE, 2004.

_____ "A economia do cuidado: as instituições no Brasil". Relatório de pesquisa da Rede Internacional de Gênero e Comércio. Montevideo, 2007.

HARAWAY, Donna. "Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra". In *Cadernos Pagu*, nº 22, 2004.

HEILAND, Frank. **PRSKAWETZ**, Alexia. **SANDERSON**, Warren C. "Do the more-educated prefer smaller families?" *XXV IUSSP International Population Conference*, France, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário.* Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

ITABORAÍ, Natalie R. "Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996)". In *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, vol.20 nº2, 2003.

LAZO, Aída . C. G. V. Nupcialidade em São Paulo: um estudo por corte e coorte. Campinas: Unicamp, 1990. Tese de Doutorado.

LANGEVIN, Annette. "Le calendrier des naissances: quels enjeux? quelles stratégies?" In: DE VILAINE, Anne-Marie; GAVARINI, L.; LE COADIC, M. (orgs.). *Les femmes, la reproduction et les hommes de science*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1986.

LIPOVETSKY, Gilles. *La troisième femme*. Paris: Gallimard, 1997.

MCDONALD, Peter – "Gender equity, social institutions and the future of fertility", *Women and Families: Evolution of the Status of Women as Factor and Consequence of Changes in Family Dynamics*, Maria Eugenia COSIO-ZAVALA (ed), Paris, CICRED, 1997.

_____ "Demographic life transitions: an alternative theoretical paradigm" In *Helth Transition Review*, Supplement 6, 1996.

MOORE, Henrietta. "Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência". In *Cadernos Pagu* (14), 2000.

OLIVEIRA, Maria Coleta e **MARCONDES**, Glaucia dos Santos. "Contabilizando perdas e ganhos: maternidade, trabalho e conjugalidade no pós feminismo". *Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais* (ABEP) - Caxambu, Setembro de 2004.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PROST, Antoine. "Fronteiras e Espaços do privado" *In História da vida privada 5: Da Primeira Guerra a nossos dias*. PROST, Antoine e VINCENT, Gerald (orgs). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SALÉM, Tania. *O casal grávido – disposições e dilemas da parceria igualitária*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCOTT, Joan. "O enigma da igualdade". In *Revista de Estudos Feministas*, nº 13, vol. 1, 2005.

SORJ, Bila. Trabalho e Responsabilidades Familiares: Um Estudo sobre o Brasil, Relatório Final (Contratado pela OIT), Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

_____ "Legislação trabalhista, políticas públicas e igualdade de gênero" In *Perspectivas e Críticas feministas sobre as reformas trabalhista e sindical*. Brasília: CFEMEA, FIG CIDA, 2006.

_____ "Percepções sobre esferas separadas de gênero". In *Gênero, Família e trabalho no Brasil*. ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi (orgs). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005**.**

TAIN, Laurence. "Um filho quando eu quiser?: o caso da França contemporânea". In *Revista de Estudos Feministas* vol. 13 nº 1/2005.

THERBORN, Goran. *Between Sex and Power – Family in the world, 1900-2000*. London, Routledge, 2004.

VALENZUELA, M. E. "La situación laboral y el acceso al empleo de las mujeres en el Cono Sur". In *Más y Mejores Empleos para las Mujeres?* Santiago del Chile, Oficina Internacional del Trabalho (OIT), 2000.

VINCENT, Gerard. "Uma história do segredo?" In *História da vida privada 5: Da Primeira Guerra a nossos dias*. PROST, Antoine e VINCENT, Gerald (orgs). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.